

O ESPECTRO

Admonet in somnis et turbida terret imago.
Horrido Espectro me atormenta em sonhos.

Lisboa, 30 de Julho

A insurreição vae succumbindo. A folha official informa-nos que o paiz suspira por se submeter ao despotismo da côrte, apresenta em debandada as forças populares, commemora o numero dos apresentados em toda a parte, e em todas as direcções; e como para fazer um notavel contraste de tudo isto publica as proclamações dos invasoras hespanhoes.

Mendes Vigo occupa Valença e outras terras do norte com uns poucos de mil homens. Fez a sua entrada triunfante em 3 de junho.

Manuel de la Concha entrando por Bragança apresenta-se em frente do Porto com o seu exercito. Proclamou em 16 do mesmo mez.

Norzagaray tomou conta d'Elvas a 25 e ahi proclamou tambem ao seu povo, a este povo que elle cuida já que é d'elle.

São tres documentos curiosos estas proclamações, são tres documentos de vergonha que a côrte de Lisboa não se peja de publicar.

Mendes Vigo entra como soberano, disparte os premios e os castigos: as attribuições magestáticas, a jurisdicção dos tribunaes, tudo está reunido n'elle «Portuguezes! (diz elle) não desattendaes as minhas ordeus, que são tão simples como faceis de cumprir. Aquelles que as observarem podem contar com o meu apoio, mas os que as desattenderem não terão direito de se queixarem, se cumprindo os meus deveres, os castigar severamente por mais penosa que me seja essa necessidade.»

As columnas do *Diario* estão manchadas com esse insulto, que não é feito a um partido mas á nação. E o governo faz galla do Sanbenito, alardêa essa ameaça, considera-a como prova de amisade, porque a sua maxima é — *il faut que je vive*. A nação geme e chora, é o leão da fabula que moribundo levou couces do ju-mento.

O general Concha acrescenta o escarneo ao insulto.—Esse vem pagar uma divida, sim vem.

Os portuguezes foram ajudar a plantar na Hespanha a liberdade, os hespanhoes veem hoje sustentar aqui o despotismo! O conde das Antas commandou alli uma expedição de homens livres, contra esse mesmo conde, contra essa mesma divisão marcham hoje os batalhões de Castella! E veem pagar uma divida! Sim, veem; é como os despotas as costumam pagar.

A entrada dos hespanhoes no Minho, e Trazos-Montes tem uma explicação. O Porto, o baluarte da liberdade, ainda resiste. A Hespanha é logica querendo esmagar os seus heroicos defensores. Aonde existir uma faisca de brio e independencia nacional deve ella apparecer para ajudar a suffoca-la. Os inglezes já nos aprisionaram aleivosamente duas famosas divisões; mais de doze mil homens populares temos hoje fóra do combate; e ainda nem assim esse poltrão do Saldanha ousa encarar de face a face as nossas legiões. Ainda chama, ainda espera pelos castelhanos. Se não se conhecesse a sua cobardia dir-se-hia que tinha interesse na prolongação da guerra, que queria ainda jogar duas mãos de monte aonde perde o dinheiro que lhe mandam para o pret dos soldados, que queria viver mais tempo vida regalada á custa do pobre thesouro portuguez.

Mas se no norte se pôde explicar a invasão como é que se pôde justificar no sul? Que vem fazer a Elvas tarde e a más horas esse temeroso exercito auxiliar? Que significa uma invasão depois que não ha inimigo para se combater? A quem auxilia esse exercito depois que não ha precisão de auxilio?

Isto não tem senão uma explicação, é o desejo de invadir, é o desejo de humilhar esta nação, é uma entrada talvez para mais não sahir.

O final da proclamação do Norzagaray é significativo. Diz assim: — «Espero que recebais os nossos soldados como irmãos, e que esta prova de concordia se affiance até ao ponto que se reconheça para sempre como uma

necessidade a mais estreita e cordial alliança entre ambas as nações a quem já collocou unidas á natureza.»

Sim! a recordação vem muito a tempo, e esperamos que os inglezes tomem nota d'ella. Foi este general o mais sincero dos alliados, revelou todo o pensamento da intervenção, e agora só falta saber como se ha de dividir a preza.

Corre que sir Seymour desejava impedir esta entrada, mas o governo hespanhol instado pelos moderados, e estimulado pelas declarações ineptas do ministerio Russell no parlamento inglez, quer tomar parte activa na contenda. Lansdowne, Macaulay, Russell e Palmerston disseram — *interferimos para não interferir a Hespanha*. O gabinete de Madrid conheceu a affronta d'esta desculpa, e quer desferrar-se d'ella. A Inglaterra queria fazer seus todos os fructos da intervenção, que aliás imputava á Hespanha, e o ministerio hespanhol anda avisado quando se recusa a representar um papel de escudeiro de lord Palmerston, e quer tirar as vantagens da interferencia já que lhe querem lançar ás costas a responsabilidade d'ella.

A questão para os alliados é qual d'elles ha de governar; para nós é por qual dos tres havemos de ser governados. Essa cousa que ahi se chama rainha não entra já em linha de conta porque abdicou a realeza quando chamou os estrangeiros, e por isso deixou de reinar de facto e de direito. E' a protegida das tres potencias como a rainha de Pomaré o é da França, e assim como uma foi protocolisada em 6 de fevereiro, tambem a outra o foi em 22 de maio. A condição de ambas é a mesma: a carta não existe já, e no parlamento inglez proclamou-se alto e bom som que o protocollo era hoje o nosso direito publico, isto é, um direito que nos foi imposto por tres nações. O agente francez exclamou ao povo de Papetoai, na ilha de Moorea, do seguinte modo: «Annuncio com prazer a todos vós que estais reunidos n'este ponto que está solidamente restabelecida a paz, e que o paiz vai de novo entrar na senda da prosperidade. A rainha Pomaré chegou e se submetteu immediatamente ao governo do protectorado, tal como está estabelecido hoje. Faço-vos saber que em nome do rei Luiz Filippe a restabeleço nos seus direitos e auctoridade a qual ha de exercer d'aqui em diante como rainha reconhecida no governo do protectorado (seguem-se as assignaturas).» (1)

As proclamações dos nossos protectores são feitas pelo mesmo theor. As exigencias dos al-

(1) O *Moniteur* publicou este protocollo a 23 de maio no dia immediato áquelle em que se assignou em Londres o protocollo a respeito de Portugal. O nosso *Diario* de 11 de junho copiou-o! Isto foi sem duvida para mostrar que havia precedente, e que D. Maria da Gloria não tinha de que se queixar. Recommendamos a leitura d'este *Diario*.

liados, os compromissos da rainha são os mesmos!

N'estas circumstancias essa pobre rainha, que foi, não tem um braço portuguez que a defenda da usurpação que lhe fazem, e que ella provocou. Importa-nos pouco que dominem os hespanhoes, os inglezes ou os francozes, uma vez que domine qualquer d'elles, uma vez que perdemos a nossa nacionalidade e independencia. Menos inimigos serão os que nos tratarem menos mal.

A usurpação ha se de completar porque os brios nacionaes foram abatidos, e não poderão ser jámais, excitados pelas vozes nem pelas lagrimas dessa mulher perjura que nos vendeu, a nós, que eramos os seus legitimos e verdadeiros defensores, a nós que morriamos por ella. Com o exercito do Saldanha não póde ella contar porque os alliados conhecem a fraqueza desses portuguezes degenerados; com os populares ainda menos, porque esses não derramarão o sangue outra vez por quem os trahiou. A causa d'elles está para sempre separada da causa da rainha; e se tomarem vingança um dia será de todos aquelles que o offenderam.

Resolveram que não fossemos nação, a rainha assignou essa resolução fatal, ou antes provocou-a. Ella pode abdicar, mas nós ficamos livres de todos os nossos juramentos. Se podermos ser livres, sel-o-hemos um dia; e se Deus nos quizer castigar fazendo-nos sobreviver á perda da nossa liberdade, elle nos designará o senhor que mais convier aos altos designios da providencia.

A Inglaterra ha de se arrepender da sua politica grosseira e sem alcance. Os seus estadistas hão de conhecer, mas já tarde, que a brutalidade das maneiras póde esmagar o corpo mas não subjuga o espirito.

Arraujem-se como quizerem. Dividam a preza á sua vontade, mas lembrem-se que a vingança dos escravos ás vezes é a mais terrivel.

Parece que o partido popular não tirou vantagens nenhuma immediatas da discussão no parlamento inglez, mas tirou immensas vantagens moraes. Ninguem ousou pleitear alli a causa da rainha, todos a stigmatizaram, todos marcaram com o ferrete da infamia esse odioso partido cabral, todos fizeram justiça á santidade da nossa causa.

A defesa do ministerio foi miseravel — nem defeza elle tinha. E nós sabemos a razão. Não houve para tal procedimento motivo algum honesto: o direito, os precedentes, as opiniões do mesmo gabinete Palmerston eram contra a interferencia. Mas o gabinete de popular fez-se cortezão, quiz valer a um Gotha, quiz salvar a espada *ferrugenta* do Fernando, e por isso traíu os seus proprios principios.

Não lamentamos esse successo. Talvez lord

Palmerston senha de se arrepende, talvez a Inglaterra mais tarde ou mais cedo conheça os erros da sua politica grosseira, talvez fizesse bem mal a essa miseravel familia Gotha a quem quiz fazer a côrte. Lord Palmerston só fez aborrecida uma rainha que se não podia ser amada poderia ser *tolerada*: deu a ultima cavadella na sua sepultura, e ou terá de espécar continuamente esse throno deshonorado ou elle cahirá com o pezo da sua propria deshonor.

Portugal está exausto, não póde com o luxo d'essa realeza golosa e sybarita, não póde sustentar esse bando de estrangeiros, aves de arribação, que vem ahi todos os annos fartar-se á custa da barba longa, e levar para a sua terra as joias da nossa corôa de que o seu parente dispõe como se fossem d'elle. Mande-lhe lord Palmerston libras esterlinas já que nos impõe uma administração dissipadora, já que repelle os governos populares e economicos. Não podemos mais: allijamos ao mar essa carga pezada.

Não: Portugal não póde pagar tanto a uma rainha que não sabe ser rainha. Trezentos e sessenta e cinco contos de réis para ella, cem para seu marido que não tinha 400\$000 de seu, vinte para o principe real que ella se envergouha de sustentar, dez para cada um dos outros filhos e para os que vierem nascendo como se Deus quizesse flagellar com uma descendencia que é um raio do céo, e muito para uma nação sem liberdade, para uma nação cuja maioria morre de fome, para uma nação que não é independente.

Mas ouçamos os mesmos inglezes.—Vejam os a sessão de 15—Olhai para o que diz dos cabraes que nos governam, sir Robert Peel, esse homem que por considerações estranhas não deu um voto de censura ao seu governo. Vede como os nossos inimigos são avaliados, e depois de cidi.

A opposição vendo os inconvenientes da mudança de politica retirou a moção, e só pediu que se mandasse sahir d'aqui o intrigante e faccioso Wilde, no que o ministerio consentiu.

Ahi vai essa memoravel sessão de 15:

CAMARA DOS LORDS

Sessão de 15 de junho

Lord Stanley—A nossa interferencia em Portugal ataca os direitos d'aquella nação independente, tem a nota de parcial, e ha de causar graves embaraços á Grã-Bretanha. Devemos mostrar ao paiz, á Europa á geração presente e á posteridade que não approvamos a conducta do governo n'esta parte. O gabinete fez o que julgou ser o seu dever, façamos nós o que nos cumpre. Essa convenção ou tractado é a violação dos principios da lei internacional (ouçam, ouçam) é a violação d'um grande principio fundamental, não é reclamada por nenhum tra-

ctado—não antes é contraria aos tractados que temos com Portugal—esta mediação não tem sido imparcial, a execução d'esse tractado ou convenio em boa fé é difficultosa senão impossivel, e conduz o paiz a um perpetuo labyrintho de complicações que hão de causar os mais sérios embaraços as nossas relações e politica estrangeira (ouçam, ouçam). Vimos já duas revoluções n'um paiz visinho, no estado mais forte da Europa; e guardámos a maior neutralidade quando foi decapitado Luiz XVI, e não interferimos para restabelecer em França a tyrannia de Carlos X. A maxima de Inglaterra foi sempre o principio da não intervenção. Observamo-la mesmo a respeito de D. Miguel. Lord Palmerston em 1829 sustentou este mesmo principio—isto é—que cada nação tinha o direito de se reger como quizesse, e que os tractados para com Portugal só nos obrigavam a livra-lo d'uma invasão estranha.

O nobre lord historiou a vida publica do Cabral, que de exaltado septembrista passou a ultra-absolutista, fez uma resenha dos roubos e prevaricações da sua administração, explicou a origem da revolução de 1846, o modo indecente como o duque de Palmella foi demittido, como se formou a administração Saldanha que era cabralista pura, tanto assim que até M. Bulwer escreveu de Madrid a lord Palmerston dizendo que *Saldanha era outro Cabral*. Mostrou que todas as leis liberaes foram abolidas, que se resuscitaram os decretos irritantes dos Cabraes, que se suspenderam as côrtes, as garantias constitucionaes, e que se mandaram os prisioneiros para Angola. Mandou-se a Portugal o coronel Wilde como medianeiro e tornou se logo um faccioso. As cartas entre elle e o Saldanha assim o demonstram. Os insurgentes estavam de posse de todo o paiz, a causa da rainha era desesperada. Diz-se que nós interferimos porque Hespanha e Inglaterra queriam interferir. Isse não é rasão. O caso é se tinham direito de interferencia. Mas não havia perigo d'ella e se o houvesse bastaria que nós dissessemos—*o primeiro homem armado que atravessar as fronteiras provoca uma guerra com a Inglaterra*. Pensais que a Hespanha mandaria marchar um só soldado?

Mas que tendes vós feito? Prevenistes a effusão de sangue? Concedo. Mas com que risco? D'estes algum passo para o arranjo da questão? (applausos.) Ganhastes alguma cousa para Portugal, para vós mesmos? Ganhastes a gratidão pessoal da rainha de Portugal? Talvez. Salvastes o seu throno que nunca esteve em perigo senão pelo seu máu governo (muitos applausos. (Salvastes o throno que ella podia ter salvo por uma concessão pacifica feita a tempo) applausos). Mas ao mesmo passo que salvastes o throno humilhastes a soberana. Impuzestes-lhe condições, que ainda que justas em si, são reconhecidamente de um caracter inconstitucional

(ouçam, ouçam). O throno de Portugal está ameaçado pela sua base. Offereceste condições. Essas condições que os ministros portuguezes e conselheiros hespanhoes não tolerariam, foram as que se estipularam n'uma amnistia para os membros da junta, os quaes, se não fosse a vossa interferencia, haviam de dictar essas condições, e não as acceitar (applausos). Pensais que estabeleceste e confirmastes os sentimentos de antiga amisade que ha tanto tempo subsistem entre Portugal e Inglaterra? Não o dirá Portugal, antes pôde dizer sem exaggeração—D'ora ávante «a tyrannia pôde fazer o que quizer segura de que no ultimo momento será salva das justas consequencias da indignação popular pelo escudo estrangeiro que lhe offerece a Inglaterra (applausos). D'ora ávante a liberdade portugueza é apenas um nome vão, pois qualquer que seja o agravo, qualquer que seja o sentimento da nação, por mais determinada que seja a contenda, e por mais feliz que seja o resultado, no ultimo momento os fructos constitucionaes da victoria serão arrebatados aos partidistas da liberdade, que ficarão privados do que tinham conquistado pelo seu valor e privados de mais a mais por invasores estrangeiros, pela interferencia de França e Hespanha, ajudada pelos conselhos e armas da Inglaterra (muitos applausos).» O nobre lord concluiu—que os papeis apresentados á camara não justificavam a interferencia nos negocios internos de Portugal por força d'armas.

CAMARA DOS COMMUNS

Sessão em 15

«Sir Robert Peel—Penso que a mudança do governo na noute de 9 de outubro de 1847, a inesperada demissão do duque de Palmella, e o modo por que essa demissão fôra dada, contribuiu muito para diminuir o respeito do povo para com o throno (ouçam, ouçam). De tudo tenho concluido que é de absoluta necessidade que o poder de Inglaterra seja exercido para acalmar estas desintelligencias, mas nunca para sustentar medidas ou actos arbitrarios. Tenho visto, e digo isto com vergonha e pesar, que um homem illustre, o duque de Palmella, foi exilado da sua patria (ouçam, ouçam). Vejo com sentimento que o mais sabio dos politicos portuguezes—o homem que fôra o ornamento dos estadistas do seu paiz—o homem que em 1844 e 1845 se associara com os maiores diplomatas da Europa para lançar as bases fundamentaes d'essa paz geral que tem durado 35 annos—vejo sim com pungente dôr, que esse homem o mais eminente dos subditos da rainha de Portugal, fôra banido da sua patria (ouçam). E porque? Porque desejava governar com formas cons-

titucionaes (ouçam, ouçam) porque em suas relações com os homens publicos, com os estadistas da Europa, aprendera talvez melhores principios de governo constitucional de que esses que são, e teem sido, os conselheiros ordinarios da rainha de Portugal (applausos). Li a lei eleitoral por elle sancionada, vi a resolução que tomou de convocar as côrtes, vi os conselhos que déra contra medidas de crueldade, vi tudo isso, e não posso deixar de confessar que reflecte eterna vergonha sobre os homens publicos que consentem que elle viva exilado da sua patria (applausos). Penso que o governo de 6 de outubro commetteu um dos maiores erros que se podiam commetter porque recorreu a um *golpe d'estado*, que é um perigo real para evitar um perigo imaginario (ouçam, ouçam). Foi o grande erro do governo de D. Carlos X. Foi o erro dos conselheiros da rainha de Portugal que propozeram a demissão do subdito mais fiel d'aquella soberana e o mais habil estadista de Portugal. Fallo do mesmo duque de Palmella (ouçam, ouçam). Se o perigo imaginario fosse real, a verdadeira politica d'aquelle como de qualquer outro governo, seria impedir-o por meios constitucionaes (ouçam, ouçam). O conselho do golpe d'estado assentou na supposta analogia do que occorreu no reinado de Luiz XVI, quando se disse que a monarchia se perdera por não tentar alguma cousa igual a esta. O pretendido perigo com tudo nunca se seguiria porque esse programma dos septembristas, com que se faz tanta bulha, não era senão um manifesto eleitoral (ouçam, ouçam)!!! E era isto razão sufficiente para se porem de parte as liberdades constitucionaes do paiz (ouçam, ouçam?)

«Tenho cumprido o que prometti affoutamente e com franqueza. Expuz a minha opinião como individuo particular; depois da leitura dos papeis que tenho diante de mim, não posso concordar n'um voto de censura ao governo. Direi em conclusão que se não forem banidos os maus conselheiros que cercam o throno portuguez (um deputado—elles serão banidos) eu sinceramente acredito que se a facção que se chama cabralista, e que sem duvida é digna do nome que assumiu; se semelhantes homens, e semelhantes principios continuarem a influir nos negocios de Portugal, então não ha segurança de paz, não ha segurança de sentimentos de affeição para o throno (ouçam)—e então, em verdade, não estará no poder de Inglaterra prestar conselho ou dar aquella protecção, que eu penso ella pôde livremente prestar, e que espero será effectiva para o unico fim a que se destina—isto é—sustentar uma antiga monarchia, e obter d'essa antiga monarchia garantias de liberdade constitucional.

A ULTIMA HORA

Corre como certo que os alliados acceitaram as propostas que a junta do Porto offerecera para a sua entrega, uma das quaes era não entrar no Porto a força do Saldanha.